

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: a sua constante reprodução

Nanci Stancki¹

RESUMO

Este texto apresenta uma reflexão acerca da divisão sexual do trabalho e sobre alguns fatores que contribuem para a sua reprodução na sociedade, entre eles a educação escolar e particularmente os processos de formação profissional. Nesse sentido apresenta resultados parciais de uma investigação realizada com alunos e alunas de uma instituição de educação técnico-profissional os quais revelam que essa educação constitui uma etapa importante na manutenção e legitimação da divisão sexual do trabalho.

INTRODUÇÃO

A globalização² - processo associado à interdependência de mercados - não ocasiona homogeneização do trabalho, persistem as desigualdades sociais e de trabalho entre países, sexos, raças e gerações (HIRATA, 2002), pois tal processo não ocorre de forma integrada e pode aprofundar diferenças entre países, pessoas e grupos sociais bem como acarretar um permanente processo de exclusão e contribuir para a precarização do trabalho. (CHESNAIS, 1996; SAGASTI, 1995, FRIGOTTO, 1998).

A globalização, em seu caráter microeconômico, associou-se a um "novo" padrão de acumulação capitalista e à necessidade de uma organização de trabalho mais flexível³. Essa forma de organização tanto pode ser vista como um aperfeiçoamento do modelo fordista quanto como a sua superação. No entanto, essa visão dicotômica - formas "antigas" e "novas" de organização do trabalho não permite perceber a complexi-

¹ Mestrado em Tecnologia - CEFET-PR; Especialização em Metodologia do Ensino Tecnológico - CEFET-PR; Licenciatura/bacharelado Matemática - UFPR. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Política Científica e Tecnológica – UNICAMP. Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná.

² Para CHESNAIS (1996), o termo mais apropriado para esse fenômeno não seria globalização, mas sim, mundialização, haja vista a possibilidade do primeiro termo ocultar contradições e diferenças no que diz respeito à integração dos países nesse processo.

³ A flexibilidade pode ser percebida a partir de diversas formas: flexibilidade da organização da produção referindo-se à aptidão de ajustar equipamentos a demandas variáveis; capacidade dos trabalhadores em trocar de posto de trabalho numa dada organização associada à idéia de polivalência e ampla formação desses trabalhadores; flexibilidade nos contratos de trabalho que indica a possibilidade de variar o emprego, a jornada de trabalho e o local de realização do trabalho; flexibilidade dos salários referindo-se à possibilidade de revisão permanente dos salários em função da conjuntura; redução dos encargos e regulamentação social expressa pela redução da carga fiscal, encargos, regulamentações públicas que limitem a liberdade de gestão das empresas.

dade da realidade das mudanças produtivas, pois práticas tayloristas co-existem com “novas” práticas de organizações do trabalho.

Uma perspectiva de gênero pode mostrar que rupturas e continuidades são construídas de formas diferenciadas nas empresas, pois se por um lado, setores feminizados de uma determinada empresa podem permanecer, em parte, taylorizados, setores masculinizados da mesma empresa podem sofrer mudanças no sentido de uma maior flexibilidade na organização do trabalho, exigindo novas competências como capacidade de trabalho em grupo, multifuncionalidade e polivalência, entre outras. Permite ainda perceber que constatações feitas a partir de amostras masculinas, ao serem generalizadas para o conjunto dos trabalhadores podem ocasionar conclusões equivocadas, pois repercussões da especialização flexível, dos novos modelos de organização e de desenvolvimento industrial e da reestruturação produtiva podem diferir quando se trata de trabalhadores homens e mulheres (HIRATA, 2002, 1998, 1994).

A partir desse contexto e considerando a relevância da categoria gênero em discussões sobre a realidade produtiva, este texto apresenta reflexões sobre a divisão sexual do trabalho, suas conseqüências para o trabalho da mulher e formas pelas quais a sociedade a legitima, destacando o papel da educação escolar e, particularmente, da formação técnico profissional. Para isso apresenta-se dados parciais de uma pesquisa⁴ realizada com alunos e alunas de uma instituição de educação tecnológica.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO - uma discussão necessária?

A divisão social do trabalho – processo pelo qual as atividades de produção e reprodução social são diferenciadas, especializadas e desempenhadas por diferentes pessoas – pode ocorrer através da separação das atividades de produção de bens e serviços de acordo com o sexo das pessoas que as realizam - divisão sexual do trabalho.

Interpretações biológicas buscaram legitimar a divisão sexual do trabalho, argumentando que a distinção entre trabalho masculino e feminino seria conseqüência de fatores inerentes à "natureza" dos homens e das mulheres. O homem, idealizado como provedor da família, foi designado para o trabalho da produção e a mulher, designada para o trabalho de reprodução, ocorrendo uma separação entre o público (masculino) e o privado (feminino). As delimitações de espaço laboral masculino e feminino, entretanto, não são fixas, pois sociedades e épocas diferenciadas podem ter concepções distintas

⁴ Essa pesquisa entrevistou 11 alunos(as) do curso Técnico em Desenho Industrial e 8 alunos (as) do curso Técnico em Mecânica, durante o ano de 2000 - todos em fase de conclusão de seus cursos.

daquilo que é mais "apropriado" para homens e mulheres. Essa divisão, na realidade, também não se concretiza de forma homogênea, pois tanto homens quanto mulheres podem desempenhar tarefas ligadas à reprodução da vida ou ao setor produtivo.

Não obstante, a masculinização e a feminização de tarefas são construídas e associadas às representações sociais do masculino e do feminino, respectivamente. Dessa forma, atividades masculinas lembram atributos como força física, raciocínio lógico, habilidade em comando, entre outras características "masculinas"; assim como atividades femininas lembram atributos como paciência, atenção, destreza ou minúcia, entre outras características "femininas".

A emergência do conceito de gênero - buscando explicar as relações entre homens e mulheres - permitiu perceber que os papéis masculinos e femininos são construções sociais nas quais relações de poder e hierarquia estão presentes. A divisão sexual do trabalho deixa de ser vista como um processo natural, mas como uma expressão da assimetria das relações entre homens e mulheres.

Gênero é um elemento das relações sociais baseadas nas diferenças entre o masculino e o feminino (SCOTT, 1995) e constitui-se numa categoria analítica que amplia a visão da realidade, permitindo espaços para diferenças entre homens e mulheres, entre homens e entre as mulheres. A inserção dessa categoria na análise das relações sociais de trabalho possibilitam uma melhor apreensão dessa realidade, pois o mundo do trabalho está fortemente marcado pela variável gênero⁵.

TRABALHO FEMININO NO BRASIL

Pesquisas sobre mulher e trabalho desenvolvidas no Brasil apontam para alguns fatos: continuidade da ampliação da força de trabalho feminina (BRUSCHINI, 1994, BRUSCHINI e LOMBARDI 2000); permanência do processo de segregação e precarização do trabalho feminino (ABRAMO, 1994, 1997); continuidade das desigualdades salariais entre homens e mulheres, sendo que os rendimentos femininos, via de regra, apresentam-se menores que os masculinos (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2000); descompasso entre escolarização das mulheres e cargo por elas ocupadas (POSTHUMA, 1998); inovação tecnológica e modernização empresarial não têm contribuído de forma significativa para reduzir a discriminação feminina no mercado de trabalho e eliminação da divisão sexual do trabalho (ABRAMO, 1994, 1997); construção de diferenças entre

⁵ Deve-se considerar que gênero é apenas umas das variáveis das relações sociais que também estão permeadas por outras variáveis como classe, raça, etnia, idade, ...

profissionais femininas – particularmente entre mulheres instruídas e não instruídas. (HIRATA, 2002); influência da imagem social do masculino e feminino na ocupação de cargos no mercado de trabalho (SILVA, 1995); concentração feminina em empresas menores, terceirizadas, em funções taylorizadas e com exigências de qualidades femininas (BRITO, 1999).

Em relação à ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho, esse fato tem alterado o perfil da força de trabalho⁶ cuja presença feminina é de aproximadamente 40%, ocasionado modificações na composição de gênero de diversas profissões (SEGNINI, 1998; BRUSCHINI, 2000). Entretanto isso não representou a diminuição das desigualdades profissionais entre homens e mulheres, pois as trabalhadoras permanecem concentradas em determinados setores e profissões e essa segmentação constitui a base das desigualdades profissionais entre os sexos (MELO, 2001). A tabela 1 apresenta a distribuição das mulheres, por setores, no ano de 1995, demonstrando essa concentração.

A prestação de serviços destaca-se por concentrar o maior número de trabalhadoras. Confirma-se também que o trabalho feminino está mais concentrado no setor terciário da economia, fato também apontado no Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil (1996). Esse relatório apresenta ainda outros dados que corroboram a divisão sexual do trabalho no Brasil, entre eles: metade das mulheres está empregada em ocupações que se utilizam de menos de 5% de mão de obra masculina e o trabalho doméstico remunerado possui 92% de sua mão de obra feminina.

Tabela 1: Distribuição das mulheres ocupadas por setor da economia - Brasil – 1995

Setor	% feminino
Atividade Agrícola	22,5
Indústria de Transformação	8,4
Indústria de Construção	0,4
Outras atividades industriais	0,5
Comércio de mercadorias	12,8
Prestação de Serviços	29,8
Serviços Auxiliares da atividade econômica	2,9
Transporte e comunicação	0,8
Social	16,3
Administração Pública	3,9
Outras atividades	1,7

⁶ Deve-se levar em consideração que um fator para esse aumento foi a ampliação do conceito de trabalho adotado pelo IBGE incluindo atividades para autoconsumo, produção familiar e outras anteriormente não considerada como trabalho (BRUSCHINI, 2000)

(Continuação)

Tabela 1: Distribuição das mulheres ocupadas por setor da economia - Brasil - 1995

Total	100
-------	-----

Fonte: Pesquisa Dieese (1997)

A participação feminina no mercado de trabalho deve levar em consideração as condições (formação profissional, por exemplo) nas quais as mulheres ingressam no mercado de trabalho, a sobrecarga de trabalho a que são submetidas (trabalho profissional + atividades domésticas + cuidado filhos), as conseqüências de terem laços empregatícios precários, sobretudo quando consideradas as mulheres com baixa escolarização e baixa qualificação profissional. A compreensão desse processo requer, dessa forma, além das explicações de âmbito profissional, também as de âmbito extra-profissional (responsabilidade feminina pelas tarefas domésticas ou a forma como se educa meninas e meninos).

Quanto à questão da precarização do trabalho - uma das conseqüências do “novo” modelo produtivo - ela tem ocorrido num duplo processo: exige-se estabilização com maior implicação do sujeito no processo de trabalho, assim como verifica-se um processo de precarização dos laços empregatícios, apontando para uma dispersão das situações de trabalho. (HIRATA, 1998). Essa precarização pode ser considerada como uma espécie de “inserção excluída” que comumente envolve o trabalho feminino, ocasionando, *a priori*, uma posição desvantajosa das mulheres no mercado de trabalho. (POSTHUMA, 1998).

Historicamente, as mulheres representam o maior número de ocupações precárias e permanecem vivenciando as maiores taxas de informalidade e precariedade (SEGNINI, 1998). O emprego “precarizado”, todavia, não se restringiu às mulheres, possibilitando a conjectura de que o trabalho feminino representa um teste de viabilidade desse modelo para toda a classe trabalhadora, uma vez que “as mulheres foram pioneiras ao ocupar postos de trabalhos precários, que estavam por vir para ambos os sexos, no contexto da reestruturação produtiva” (SEGNINI, 1998, p. 38).

O mercado de trabalho tem apresentado um elemento praticamente constante: a permanência das desigualdade de gênero no que se refere aos rendimentos. Qualquer que seja a ocupação, as mulheres recebem menores salários do que os homens (SEGNINI, 1998), sendo que os rendimentos femininos são aproximadamente 64% dos salários masculinos (BRUSCHINI, 2000). Assim, a feminização de uma atividade pro-

fissional pode vir acompanhada por um processo de rebaixamento salarial e de desvalorização da atividade.

Quanto ao processo de inovação tecnológica e organizacional, deve-se considerar que ele tanto pode resultar em novas oportunidades de emprego, refletindo positivamente para as mulheres, quanto podem contribuir para reforçar a marginalização das mulheres sobretudo para as trabalhadoras não qualificadas. Embora espaços que exigem maior qualificação e escolaridade passam a ser ocupados pelas mulheres, incorporando-as em atividades antes consideradas masculinas e qualificadas (HIRATA, 1998, 2002; BRUSCHINI, 2000), essa realidade não é homogênea para todas elas, o que possibilita a construção de um distanciamento profissional entre as mulheres - qualificadas e não qualificadas.

Essas questões representam algumas das conseqüências da divisão sexual do trabalho para a mulher trabalhadora. Se mudanças têm ocorrido no processo produtivo, elas não tem contribuído de forma significativa para eliminar essa divisão entre trabalhos "masculinos" e "femininos" - separação que historicamente tem prejudicado as mulheres no mercado de trabalho.

A ESCOLA: um espaço de reprodução da divisão sexual do trabalho

A manutenção da divisão sexual do trabalho, envolve vários aspectos como a relações de poder ou questões econômicas, sociais e culturais. A educação⁷, enquanto um processo de socialização dos indivíduos, constitui-se num processo que pode contribuir na reprodução dessa divisão.

O processo educacional deve ser considerado de forma ampla no qual se insere a escola, a família, a instituição religiosa, o mundo do trabalho ou outros espaços nos quais ocorre a convivência humana. Considerando a educação escolar, ela historicamente tem contribuído para a produção e reprodução de diferenças entre os indivíduos:

“Diferenças, distinções, desigualdades ... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seu início, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A

⁷ Para LUCKESI (1991), a educação na sociedade pode ser entendida partir de três concepções: redentora preocupada com a conservação da sociedade integrando harmonicamente os indivíduos à ela; reprodutora - a educação tanto é determinada quanto reproduz os condicionantes econômicos, sociais e políticos da sociedade da qual faz parte; transformadora - a educação pode e deve ser um meio para realizar um projeto de sociedade, afirmando a possibilidade de transformação social.

escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou a separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para ricos e pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas.” (LOURO, 1997, p. 57)

Diferenças entre homens e mulheres podem ser reforçadas através dos livros didáticos que apresentam preconceitos e estereótipos masculinos e femininos; da forma como se lida com os meninos e as meninas: divisão das tarefas entre eles, expectativas de comportamentos diferenciados, divisão por filas, atividades distintas em aulas de Educação Física ou por opções masculinas diferentes das femininas no que se refere a cursos profissionalizantes.

A separação entre homens e mulheres no ambiente escolar pode ser reflexo de escolhas individuais para determinados cursos, entretanto, deve-se levar em consideração que essas escolhas podem ser influenciadas ou mesmo condicionadas. Para Rosenberg (1994), a opção feminina reflete sabedoria de conciliação e senso de realidade, pois estas consideram a condição global da mulher na sociedade, optando por curso mais flexíveis e que por sua generalidade permitem alternativas profissionais que possibilitem a conciliação entre projeto profissional e afetivo, além do aumento da cultura geral, pois tais conhecimentos tanto podem ser de uso profissional quanto de uso doméstico. O Relatório de Desenvolvimento Humano (1996) apresenta que as mulheres têm se encaminhado preferencialmente para áreas de Ciências Humanas e Saúde, sendo que no ensino superior, elas têm optado por cursos que as tornarão professoras, pediatras e ginecologistas.

Dessa forma a discussão da divisão sexual do trabalho envolve outra divisão – a divisão sexual dos processos de formação profissional que podem ser um lugar da construção da incompetência das mulheres para determinadas áreas:

“Apesar da participação cada vez maior das mulheres na esfera dito produtiva, o senso comum lhes atribui uma certa incompetência na área científica e tecnológica. Esses domínios, e em particular a tecnologia, são considerados coisas de homem. [...] Se ainda hoje o senso comum considera, em certa medida, o domínio tecnológico como sendo masculino, o constante aumento da participação feminina em certas profissões demonstra que a origem do problema não é natural. As diferenças entre os sexos são constituídas em diferentes esferas como a família, a escola e o mercado de trabalho. [...] A informática parece oferecer maiores oportunidade às mulheres do que outros ramos, como a engenharia, por exemplo.” (RAPKIEWICZ, 1998, p. 171-197)

A construção da ciência e da tecnologia como domínios masculinos apresenta como consequência desse processo que a educação técnico-profissional, também foi concebida como um espaço de formação masculina.

EDUCAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL: um reforço da divisão sexual do trabalho

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET-PR, implantado em 1909, nas suas primeiras décadas preocupou-se somente com a formação masculina. Essa instituição ainda hoje permanece com predominância masculina tanto no seu corpo docente quanto discente, seja nos cursos técnicos, nas engenharias ou nas tecnologias.

Pesquisa (STANCKI, 2000) sobre essa realidade revelou que a legitimação da divisão sexual do trabalho passa por uma importante etapa nos cursos profissionalizantes cuja composição de gênero associa-se diretamente à imagem social de cada curso.

Considerando os cursos técnicos de nível médio, a distribuição dos alunos e alunas, no ano de 1999, era a seguinte:

Tabela 2: Distribuição, por gênero, do corpo discente - CEFET-PR - Curitiba – 1999

Curso	% masculino	% feminino
Eletrônica	90	10
Eletrotécnica	90	10
Edificações	55	45
Mecânica	95	5
Telecomunicações	72	28
Desenho Industrial	36	64
Total	75	25

Fonte: Departamento de Estatística do CEFET-PR

Percebe-se que há uma predominância masculina em todos os cursos, com exceção do curso de Desenho Industrial no qual 64% do corpo discente é feminino. Chama ainda atenção o curso de Técnico em Mecânica que possui a maior concentração masculina - 95% dos seus alunos são homens.

Através de entrevistas com alunos desses dois cursos buscou-se entender possíveis particularidades do curso de Desenho Industrial e verificar porque o curso de Mecânica tem a maior concentração masculina. As justificativas para essa concentração feminina/masculina apresentaram-se associadas às características consideradas próprias das mulheres e dos homens:

A idéia que a gente tem de Desenho Industrial é que é uma coisa que tem que ser feita com calma, paciência e capricho. [...] Geralmente os meninos não tem paciência de fazer coisas delicadas. (Eva⁸ - aluna do Curso Técnico de Desenho Industrial)

Eu acho que para o curso de Mecânica, você não pode ter nojo, você não pode ser uma pessoa sensível, não pode ter medo de estragar a unha, digamos assim. [...] Quando eu fazia manutenção, eu carregava sistemas hidráulicos pesadíssimos, coisa que mulher não vai fazer, não tem com fazer. (Altair - aluno do Curso Técnico de Mecânica)

Os alunos entrevistados consideraram que características consideradas femininas - delicadeza, destreza, beleza, sensibilidade ou paciência são fatores que contribuem para encaminhar as mulheres para o Curso Técnico em Desenho Industrial, pois a ima-

gem desse curso associa-se também a essas características. Da mesma forma, características consideradas masculinas - facilidade de adaptação a ambientes "sujos", fortaleza física, melhor "presença" ou maior habilidade com cálculos, contribuiria para a escolha predominante de homens para o curso Técnico de Mecânica, cuja imagem também se associa a tais características.

O trabalho na área de Mecânica, segundo depoimentos, tem sido alterado através do tempo, particularmente com a inserção da tecnologia. Entretanto, a imagem de que esse é um campo masculino permanece, pois embora deixe de exigir força física - atributo masculino, passa a exigir facilidade com cálculos - habilidade também considerada masculina:

Pelo fato das mulheres serem mais sensíveis e também buscarem uma coisa assim não tão calculada, não uma coisa que envolve muito cálculo, muita Matemática, as mulheres procuram uma coisa que mexe mais com o interior da pessoa, com o lado criativo. (Paulo - aluno do Curso Técnico em Mecânica)

Para Wajcman (1998), a tecnologia tem sido construída a partir das relações preexistentes de sexo, classe e raça que estruturam a força de trabalho e as oportunidades de emprego. Apesar da expansão de oportunidades de trabalho para as mulheres em determinados serviços de informação, "trabalhos de mulher" e "trabalho de homem" continuam fortemente demarcados como antes, não obstante a todo desenvolvimento científico e tecnológico. Isso acontece, em parte, porque as relações sociais tanto se expressam na tecnologia quanto moldam a tecnologia, assim como a medida e a direção do desenvolvimento tecnológico refletem as relações de gênero existentes.

A divisão sexual do trabalho não acontece somente quando se considera áreas distintas, mas também no interior de cada uma delas - seja "masculina" ou "feminina". A criatividade é considerada um atributo feminino e a técnica, bem como a tecnologia, são considerados domínios masculinos, assim, através dessa linha de argumentação, justifica-se uma nova divisão das atividades nas áreas de Desenho Industrial e Mecânica:

Eu vejo, pelo menos na minha turma que os homens são voltados para o desenho do produto que é mais técnico e as mulheres são mais voltadas para a programação visual que é mais artístico. (Tobias - aluno do Curso de Desenho Industrial)

A mulher se dá melhor em projetos, porque é mais caprichosa. O projeto da mulher é feito com mais calma [...] Ela não se dá bem na área de manutenção

⁸ Os nomes dos entrevistados são fictícios.

[...] porque essa área só dá homens. (Josias - aluno do curso Técnico de Mecânica)

As pessoas ao se inserirem em áreas "masculinas" ou "femininas" permanecem sendo vistos através das suas características sociais de gênero, o que acarreta a divisão sexual do trabalho também no interior das áreas, pois homens e mulheres acabam sendo levados, por opção, condicionamento ou mesmo falta de opção a desempenharem atividades "próprias" de seu sexo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora, o século passado tenha presenciado inúmeras transformações e conquistas no que se refere à presença das mulheres no mercado de trabalho, essa fato não eliminou a separação de homens e mulheres nos processos de formação profissionais tampouco a divisão sexual do trabalho que permanece arraigada em nossa sociedade.

Um conjunto de fatores contribuem para essa reprodução, entre eles: relações de poder e hierarquia entre homens e mulheres, escolhas profissionais individuais, situação do mercado de trabalho, mudanças comportamentais, transformações sociais, representações sociais do masculino e do feminino, possibilidade de acesso à formação profissional, entre outros. Tais fatores não aparecem isolados e, portanto, a superação da divisão sexual do trabalho pode exigir que tais fatores sejam trabalhados de forma conjunta.

A partir do conceito de gênero foi possível analisar que essa separação expressa a construção social do masculino e do feminino; perceber que homens e mulheres ocupam todas as esferas, embora seja comum, que eles desempenhem papéis sociais classificados como masculino e elas desempenhem papéis sociais considerados como femininos e que tais papéis não são naturais, portanto podem ser modificados. A escola poderia ser um espaço que contribui para essa mudança, no entanto, essa instituição parece que mais ajuda na manutenção e legitimação da divisão sexual do trabalho do que na sua subversão, pois ao mesmo tempo que prepara profissionais para atividades "masculinas" e "femininas", também reproduz ações e discursos que naturalizam essa divisão.

Se atualmente "há uma redefinição fundamental de relações entre mulheres, homens, crianças e, conseqüentemente, da família, sexualidade e personalidade" (CASTELLS, 1999, p. 22), então qual a influência dessa redefinição sobre o trabalho de homens e mulheres? Qual o teor e as conseqüências das mudanças e permanências nas relações de gênero sobre a divisão sexual do trabalho num contexto produtivo também marcado por mudanças aliadas a constantes permanências? A resposta dessas questões

pode revelar que talvez muitas mudanças ocorram para que determinadas coisas permaneçam inalteradas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís. “Inovação Tecnológica e Segmentação por Gênero no Mercado de Trabalho”. In GITAHY, LEDA (org.) *Reestructuración productiva, trabajo y educación en América Latina*. Campinas, SP-IG/UNICAMP, Buenos Aires: RED CIID-CENEP, 1994. p. 229 a 246.

_____. “Cambio Tecnológico y el Trabajo de las Mujeres”. In *Revista Estudos Feministas*. Volume 5, nº 1, Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, 1997. p. 31 a p. 68.

BRITO, Jussara. *Saúde, Trabalho e Modos Sexuados de Viver*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. 180 p.

BRUSCHINI, Cristina. “Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?” (Brasil, 1985/95). In ROCHA, Maria Isabel Baltar da (org.). *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/ São Paulo: Editora 34, 2000. p. 13 a p. 58.

_____. “Trabalho Feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro”. In *Revista Estudos Feministas*. Volume 2, nº 3, Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, 1994. p. 17 a p. 32.

_____. “O Trabalho da Mulher no Brasil: tendências recentes”. In SAFFIOTI, Heleieth I.B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica (orgs.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS: Brasília: UNICEF, 1994. p. 63-94.

BRUSCHINI, Cristina e LOMBARDI, Maria Rosa. “A Bipolaridade do Trabalho Feminino no Brasil Contemporâneo”. In *Cadernos de Pesquisa*, nº 110. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2000. p. 67-104.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. Volume 1 (A era da informação: economia, sociedade e cultura). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATTANI, Antonio David (org.) *Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam. *Gênero e Desigualdade*. Coleção Cadernos Sempre-viva. São Paulo: SOF, 1997. 52p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. “A educação e formação técnico-profissional frente à globalização excludente e o desemprego estrutural”. In SILVA, Luis Heron (org.). *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

HIRATA, Helena. “Da polarização das qualificações ao modelo de competência”. In FERRETI, Celso João [et al.] (orgs). *Tecnologias, Trabalho e Educação: Um debate multidisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. “Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero”. In *Revista Latino-americana de Estudos do trabalho: Gênero, Tecnologia e Trabalho*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, ano 4, nº 7, 1998; pp.5-27.

HIRATA, H. “Reorganização da Produção e transformações do trabalho: uma nova divisão sexual?” In BRUSCHINI, Cristina e UNDEHAUM, Sandra G. (orgs.) *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC: Editora 34, 2002. p. 339 a p. 355.

LOURO, Guacira. A Escola e a Produção das Diferenças Sexuais e de Gênero. In

MELO, Hildete Pereira. “O feminino nas manufaturas brasileiras”. In MURARO, Rose Marie e PUPPIN, Andréa Brandão (orgs.). *Mulher, Gênero e Sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 200. p. 124-136.

POSTHUMA, Anne Caroline. “Mercado de Trabalho e Exclusão Social da Força de Trabalho Feminina”. In ABRAMO, Laís; ABREU, Alice R. de Paiva (orgs.). *Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-Americana*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

RAPKIEWICZ, Clevis Helena. “Informática: domínio masculino”. In *Cadernos Pagu: Gênero, tecnologia e ciência*. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, nº 10, 1998. p. 169-200.

SAGASTI, Francisco R. “Knowledge and Development in a Fractured Global Order”. In *Futures*, volume 27, número 6, 1995.

SALERNO, Mario Sergio. “Modelo Japonês, Trabalho Brasileiro”. In HIRATA, Helena (org.). *Sobre o Modelo Japonês: Automatização, Novas Formas de Organização e de Relações de Trabalho*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

SCOTT, Joan W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In *Educação e Realidade: Gênero e Educação*. Porto Alegre. V. 20, n.2, jul/dez 1995.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. *Educação, Trabalho e Desenvolvimento: uma complexa relação* - trabalho apresentado no I Workshop do projeto de pesquisa “Conceitos empregados na educação profissional” - NETE - Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação - UFMG, 1998.

_____. “Relações de gênero no trabalho bancário informatizado”. In *Cadernos Pagu: gênero, tecnologia e ciência*, nº 10. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1998b. p. 147-168.

SILVA, Lorena Holzmann. “Admitimos mulheres para trabalhos leves”. In *Revista Estudos Feministas*. Volume 3, nº 2, Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, 1995. p. 349-363.

STANCKI, Nanci. *Gênero e Trabalho Feminino: estudo sobre as representações de alunos(as) dos cursos técnicos de Desenho Industrial e Mecânica do CEFET-PR*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Tecnologia do CEFET-PR. Curitiba, 2000. 218 p.

WAJCMAN, Judy. “Tecnologia de produção: fazendo um trabalho de gênero”. In *Cadernos Pagu: Gênero, tecnologia e ciência*. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, nº 10, 1998. p. 201-256.